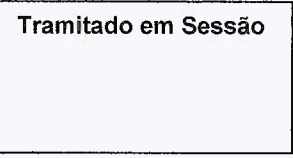
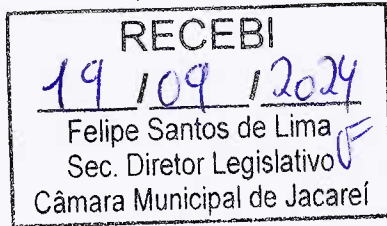




CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



REQUERIMENTO Nº 255/2024

Assunto: Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a apurar possíveis atos de irregularidades na confecção e gestão dos contratos firmados, e respectiva condução da Obra da Alça de Acesso à Ponte Mário Covas e da duplicação da Avenida Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, entre a Prefeitura Municipal de Jacareí e empresa ENGI BRAS ENGENHARIA S/A.

CONSIDERANDO o Pedido de Informações nº 150/2023, de autoria dos Vereadores Dr. Rodrigo Salomon e Hernani Barreto, aprovado em 28/06/2023, cuja resposta encontra-se no documento emitido pela Secretaria de Governo e Planejamento, Memorando nº 624/2023 de 17/07/2023, que **comprova o aumento do valor inicial da referida obra da “Alça de Acesso” de R\$1,5 milhão de reais para R\$ 6,4 milhões de reais;**

CONSIDERANDO o Inquérito Civil nº 14.0309.0001012/2019-3, instaurado pela 7ª Promotoria de Justiça de Jacareí, que teve por objeto apurar a mobilidade urbana, viabilidade, previsão orçamentária, adequação e amparo técnico na execução de obra de médio e grande porte da Terceira Ponte de Jacareí, identificada como “Eixo Malek Assad – Castelo Branco”;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil supracitado resultou na propositura da Ação Civil Pública nº 1007578-28.2022.8.26.0292, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Prefeitura Municipal de Jacareí e da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em síntese, requerendo a condenação do Município de Jacareí pelas obras realizadas trecho Terceira Ponte – Eixo Malek Assad – Castelo Branco e do Viaduto sobre a pista sentido Rod. Pres. Dutra, visto que não foram apresentados durante a instrução processual o EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, solicitando assim, o desfazimento e a recomposição integral dos danos ambientais e que seja apresentado também o PRAD – Plano de Recuperação da Área Degradada;

CONSIDERANDO que o valor da construção do denominado viaduto (alça de acesso), sofreu com aditamentos, elevando-o na ordem de 5 milhões de reais, valor este bem superior ao valor de 3 milhões de reais informado pelo engenheiro Sr. Lucas Morotti, em reunião realizada na Câmara Municipal de Jacareí na data de 30 de maio de 2022, como custo para desapropriação de parte da área da empresa Heineken, para a construção de uma rotatória ao invés do “viaduto”, sem apresentar documentos e/ou avaliações imobiliárias que comprovem tal alegação, conforme Ata de Reunião anexa conduzida pela Comissão de Obras e Serviços Públicos e Urbanismo em 30/05/2022.

CONSIDERANDO o notável desrespeito aos princípios constitucionais que regem a boa Administração Pública, especialmente no que tange à legalidade e eficiência dos serviços prestados à população, garantindo melhor mobilidade e acessibilidade ao trânsito local, bem como os constantes atrasos na entrega da obra, além de erro de planejamento e de projeto (assumidos pelo engenheiro Sr. Lucas Morotti e pelo Secretário de



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Governo e Planejamento Sr. Celso Florêncio – conforme Atas anexas), além da má qualidade dos materiais utilizados e os **gastos elevados que superaram os 6 milhões e meio de reais**, somado à confirmação do engenheiro Sr. Lucas Morotti, de que não haveria trecho menor do que 3 metros e 30 centímetros (documentado na Ata da Reunião da Comissão de Obras e Serviços Públicos de 30/05/2022), o que não se viu como verdade, pois a obra passou novamente por readequação para alargamento do final do viaduto, tendo novo prazo de entrega no final do mês de novembro de 2023;

CONSIDERANDO também que as mencionadas obras possuíam contrato específico de fiscalização e gerenciamento, através da empresa Planal, cuja responsabilidade como gestor do mesmo também figura o Sr. Celso Florêncio, Secretário de Governo e Planejamento, o qual se mostrou inerte diante dos frequentes erros, mesmo sendo alertado e provocado em diversas ocasiões pelos Vereadores que esta subscrevem;

CONSIDERANDO a reunião de 26 de setembro de 2023, realizada na Câmara Municipal de Jacareí, onde o Secretário de Governo e Planejamento, Sr. Celso Florêncio afirmou que o valor da obra era de R\$ 6.455.137,95 e a informação disponível no dia seguinte à reunião, no dia 27 de setembro de 2023, no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jacareí, mostra um aditamento de reequilíbrio econômico-financeiro no montante de R\$ 1.171.701,67 referente às medições 23-26, claramente informação que foi omitida aos Vereadores um dia antes;

CONSIDERANDO, ademais, possível malversação de recursos públicos, com conseqüente lesão ao erário e ao interesse público, face às dificuldades financeiras da atual Administração Municipal, vez que não consegue gerir outras áreas, como por exemplo, a saúde, e tendo em vista que a somatória dos aludidos aditamentos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

chegam à aproximadamente 350%, percentual este bem superior ao estabelecido na legislação vigente, no que diz respeito e permitido às obras públicas;

CONSIDERANDO o claro descontentamento geral, diante da chamada “aberração” de engenharia, nunca vista na história de Jacareí, com nítido descumprimento às normas técnicas, estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e possível omissão da Secretaria de Mobilidade Urbana, criada pelo atual Governo Municipal, cuja finalidade natural e óbvia seria auxiliar todas as questões relacionadas ao trânsito da cidade;

CONSIDERANDO ainda que, conforme veiculado nas redes sociais e na imprensa, o sentimento da população de Jacareí com relação ao “viaduto” é de vergonha, o que transporta o nome da cidade de forma negativa, deixando as pessoas com a autoestima baixa e “revoltadas” com todo o ocorrido, especialmente pelo receio de graves acidentes e risco à vida daqueles que acessam a referida Alça de Acesso – “Viaduto”;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Lei Orgânica do Município de Jacareí (artigo 20, inciso VI, § 4º), na Constituição Estadual (artigos 32 e 33, incisos II e V, *em aplicação análogica*) e na Lei de Improbidade Administrativa (artigo 10, inciso XIX);

Respeitosamente **REQUEREMOS** a simples leitura deste requerimento em Plenário e, em conformidade com o artigo 20, § 4º, da Lei Orgânica do Município e do artigo 58 do Regimento Interno, seja constituída uma **CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito** para apurar, no prazo máximo de 180 dias, possíveis atos de irregularidades ocorridos no período compreendido de janeiro de 2020 a setembro de 2024, com prejuízo ao erário na gestão dos contratos firmados e na condução da obra da Alça de Acesso à Ponte Mário Covas, bem como da



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

duplicação da Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco, entre a Prefeitura Municipal de Jacareí, a empresa ENGIBRAS ENGENHARIA S/A e outras que eventualmente integraram o negócio jurídico no período em questão.

Sem mais no momento, agradecidos subscrevemos.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2024.

DR. RODRIGO SALOMON
Vereador PSD

HERNANI BARRETO
Vereador – Republicanos

ROGERIO TIMÓTEO
Vereador – Republicanos

SÔNIA PATAS DA AMIZADE
Vereadora – PSD

ABNER ROSA
Vereador – PSD
